

Prefácio

Maud Mannoni e Colette Audry concederam-me a honra de escrever um prefácio para este livro. O leitor que já tenha lido a obra anterior da autora — *L'enfant arriéré et sa mère* (*A criança retardada e sua mãe*)¹ — não ficará desapontado. Este prefácio talvez possa parecer árduo e com uma linguagem demasiado especializada aos leitores de Maud Mannoni, que tem o talento de escrever de maneira clara e fácil. Penso que ele terá, porém, interesse para alguns desses leitores, na medida em que proponho questões de profilaxia mental para os distúrbios afetivos e sociais, questão do meu agrado e na qual a Psicanálise de crianças nos solicita que pensemos todos os dias. O leitor que se sinta aborrecido com o meu estilo deve passar de imediato ao texto de Maud Mannoni e depois voltar ao meu discurso, que lhe parecerá, então, menos ingrato. Foi minha intenção sublinhar e desenvolver as questões essenciais expostas e ilustradas pelo livro:

- A especialidade da psicanálise.
- A especificidade do psicanalista, a sua escuta.
- As relações dinâmicas inconscientes pais-filhos. Patogenia ou saúde mental.
- O complexo de Édipo e a sua resolução. Patogenia. Profilaxia dos seus distúrbios.
- A sociedade (a escola), o seu papel educacional patogênico ou profilático.

1. Maud Mannoni — *L'enfant arriéré et sa mère*. Editions du Seuil, maio de 1964, in "Champ Freudien", coleção dirigida por Jacques Lacan.

1. ESPECIFICIDADE DA PSICANÁLISE

Dela, no entanto, se fala em toda parte, tanto na imprensa de fácil leitura como em Filosofia. Mas há tantas opiniões "psi" e dadores de conselhos aos pais em dificuldade, que esses se convencem com excessiva facilidade da própria incompetência educacional e estão prontos, quando se trata dos filhos, a depositar as suas responsabilidades em mãos técnicas, como recorrem aos mecânicos quando o objeto em causa são os automóveis. O público, diante de toda essa máquina estabelecida em instituições, confunde o psicanalista com o psicotécnico, o psicossociólogo, o psicossomático, o orientador profissional, o reeducador, ou ainda o experimentador (aquele que procura, por curiosidade científica, provocar reações). Em todo caso, a maioria das pessoas, assim como muitos médicos, acredita que o psicanalista vai fazer isto ou aquilo, vai influenciar, vai moralizar, vai estimular, aconselhar, em suma, agir com as suas palavras como com um medicamento por uma espécie de sugestão, para levar o sujeito a comportar-se "bem".

Ora, o psicanalista não acrescenta um novo dizer. Ele permite às forças emocionais encobertas, em jogo conflitivo, encontrar uma saída, ficando a cargo do consultor dirigi-las por si mesmo... A psicanálise é e continua a ser o ponto de impacto de um humanismo que vem enriquecendo desde Freud

A Psicanálise terapêutica é um método de pesquisa da verdade individual para além dos acontecimentos cuja realidade não tem outro sentido para um sujeito salvo a maneira pela qual ele lhe foi associado e por ela se sentiu modificado. Pelo método de dizer tudo a quem tudo escuta, o analisando remonta aos fundamentos organizadores de sua efetividade de menino ou menina de tenra idade. Inacabado fisiológico no nascimento, o ser humano está exposto aos conflitos da sua impotência real e do seu insaciável desejo de amor e comunicação pelos pobres meios de suas necessidades, mediante os quais, assistido pelos adultos, cria a ilusão de trocar amor em encontros corpo a corpo, ciladas do desejo. A capacidade de se encontrar revela-se a ele, para além das separações, nas zonas erógenas que o ligam ao corpo de outrem, no efeito à distância das sonoridades vocais do outro, que, carinhosas ou violentas, mimetizam os contatos memorizados no corpo. A função simbólica específica da condição humana organiza-se como linguagem. Essa linguagem, portadora de sentido, apresenta-nos um sujeito cuja existência original está revestida de dores e alegrias — sua história para ele —, do seu encontro com “o homem” (sob a forma dos seres humanos masculinos e femininos) que fez com que se soubesse “Homem” de um ou de outro sexo. Esse saber, esse ver a si mesmo,* pode torná-lo surdo, mudo, cego, paralítico, doente, num lugar do seu corpo, por um contratempo do seu encontro. Isso é nada menos do que a restauração da sua pessoa original liberta da sua espera ilusória, ou desses efeitos-choques e contrachoque com o outro, a que visa a Psicanálise terapêutica, restauração que ele às vezes promove. Ciência do homem por excelência, a Psicanálise está, desde Freud, o seu fundador, em perpétua investigação, e o seu campo de estudo vê os seus limites se ampliarem cada vez mais abrangendo desordens da saúde mental, da conduta e da saúde somática.

2. ESPECIFICIDADE DO PSICANALISTA CLÍNICO

O livro de Maud Mannoni é um documento-testemunho, acessível a muitos. Ele faz com que o leitor coopere na primeira medida tomada por

* Nota do Tradutor: Em francês: *Ce savoir, ce se-d-voir*, jogo de palavras que se perde na tradução.

uma pessoa que vem se consultar, podendo o objeto da consulta ser ela mesma ou um ser querido, e motivada por um pedido de auxílio ao psicanalista. Cada leitor, graças à arte do autor, se sentirá mais ou menos envolvido, iniciado em um modo novo e dinâmico de pensar as condutas humanas e os seus desregramentos. Compreenderá o que se quer dizer quando se diz, falando do psicanalista, que o que faz a sua especificidade é a sua receptividade, a sua "escuta". Ele verá pessoas que vieram, sabendo apenas a quem se dirigiam, enviadas pelo médico, pelo educador, por alguém que conhece as dificuldades em que estão, mas que não pode ajudá-las diretamente; essas pessoas, na presença de um psicanalista, começam a falar como falariam com qualquer indivíduo e, no entanto, a única forma de escutar do psicanalista, uma escuta no sentido pleno do termo, faz com que o discurso se modifique, adquira um sentido novo a seus ouvidos. O psicanalista não dá razão nem a retira; sem emitir juízo, escuta. As palavras empregadas pelos consultores são as suas palavras habituais, mas a maneira de escutar é portadora de um sentido de apelo a uma verdade que os obriga a aprofundar a sua própria atitude fundamental em relação a essa abordagem que ali fazem e que não mostra a menor semelhança com nenhuma outra abordagem em relação aos psicólogos, educadores ou médicos. Efetivamente, eles, devido à sua técnica, são orientados para a descoberta e a cura de uma deficiência instrumental. Respondem ao fenômeno manifestado, o sintoma: angústia dos pais, perturbação escolar ou caracterial da criança, por um emprego de dispositivos de socorro específicos, preconizando medidas terapêuticas ou corretivas destinadas a reeducar.

Até o primeiro encontro com o psicanalista, o problema só é, pois, abordado no nível do objeto da solicitação, e a solicitação existe tão-somente a propósito de objetos de caráter negativo para o meio social: o êxito escolar, por exemplo, parece sempre em si um objeto positivo, a ausência de distúrbios do caráter que perturbam também a tranquilidade do meio social. Ora, essas duas resultantes psicodinâmicas só possuem valor cultural autêntico se o sujeito é efetivamente criativo e não apenas submisso às exigências dos adultos, se ele se encontra em comunicação lingüística, verbal, afetiva e psicomotora de sua idade com o meio social, se está ao abrigo de tensões internas, livre, pelo menos nos seus pensamentos e juízos, da dependência do desejo de outrem, se está à vontade no trato com os companheiros de ambos os sexos da sua geração, apto a amar e a ser amado, apto a comunicar os seus sentimentos, apto a enfrentar as frustrações e as dificuldades cotidianas de todas as espécies sem se descompensar, em suma, se ele mostra uma elasticidade caracterial e mímica que caracteriza a saúde mental. Alguns sintomas aceitos

como positivos pelo meio social freqüentemente cego, que valoriza aquilo que o lisonjeia, são, na realidade, patológicos para o sujeito que não possui nenhuma alegria, nenhuma opção criadora livre, cuja adaptação é acompanhada de inadaptabilidade a outras condições que não sejam o seu estrito *modus vivendi*, e são de fato sinais de neurose infantil e juvenil atual ou enquistada. Para o psicanalista, o que importa não são os sintomas aparentemente positivos ou negativos em si mesmos, não é a satisfação ou a angústia dos pais — que, aliás, pode ser inteiramente sadia e justificada — diante de uma criança pela qual se sentem responsáveis, mas o que significa para aquele que vive, exprimindo tal ou qual comportamento, o sentido fundamental da sua dinâmica assim presentificada e as possibilidades de futuro que, para esse sujeito, o presente prepara, preserva ou compromete.

Seja qual for o estado atual aparente, deficiente ou perturbado, o psicanalista visa a ouvir, por trás do sujeito que fala, aquele que permanece presente num desejo que a angústia autêntica e, ao mesmo tempo, mascara, presente emparedado nesse corpo e nessa inteligência mais ou menos desenvolvida, e que busca a comunicação com outro sujeito. O psicanalista permite que as angústias e os pedidos de socorro dos pais ou dos jovens sejam substituídos pela questão pessoal e específica do desejo mais profundo do sujeito que lhe fala. Esse efeito de revelador, ele obtém pela sua escuta atenta e pela sua não-resposta direta ao pedido feito de agir para fazer desaparecer o sintoma, para acalmar a angústia. O psicanalista, suscitando a verdade do sujeito, suscita ao mesmo tempo o sujeito e a sua verdade. Numa segunda fase, que não constitui o objeto deste livro e que é a fase do tratamento psicanalítico, o sujeito descobrirá por si mesmo a sua verdade e a liberdade relativa que lhe é deixada da sua posição libidinal em relação aos que o rodeiam; essa segunda fase tem como lugar da sua revelação a transferência.² O que este livro também ensina é a descoberta, que para muitos leitores será nova, de que, durante uma única entrevista psicanalítica, já aparece claramente a intricação das forças inconscientes entre genitores, ascendentes e descendentes. O leitor compreenderá sem dificuldade como um ser humano, desde a sua vida pré-natal, já está marcado pela maneira como é esperado, pelo que representa em seguida, pela sua existência real diante das projeções incons-

2. A transferência é a relação imaginária, ao mesmo tempo consciente e inconsciente, do psicanalisado solicitante em face do psicanalista testemunha, que não responde e aceita os efeitos da história do sujeito que subsistem mediante seus infortúnios patogênicos. Essa transferência é o meio específico do tratamento psicanalítico. A sua instalação, a sua evolução e o seu desaparecimento final constituem a característica de cada tratamento.

cientes dos pais, que, servindo de interlocutores e de modelos naturais, alteram com demasiada frequência na criança o sentido das referências vividas com palavras justas, e isso às vezes desde o seu nascimento. Qual é, então, o papel do psicanalista? Acabo de dizer que é o de uma presença humana que escuta. Como esse ser humano feito como os outros, oriundo da mesma população, foi formado de sorte que a sua escuta produza tais efeitos de verdade? Pois bem, ele próprio foi formado por meio de uma Psicanálise geralmente longa e de tratamentos conduzidos por ele sob a supervisão de um clínico mais velho. Essa formação permitiu-lhe chegar a uma autenticidade do seu ser, por trás do robô que todos nós somos e que devemos um pouco à educação. Por meio do discurso que ele escuta, a sua sensibilidade receptiva permite-lhe entender em vários níveis o sentido emocional subjacente ao discurso do paciente, e de um modo mais sutil do que em geral podem fazer aqueles que não foram psicanalisados.

3. AS RELAÇÕES DINÂMICAS INCONSCIENTES PAIS-FILHOS, O SEU VALOR ESTRUTURANTE SADIO OU PATOGENICO

Os exemplos dados por Maud Mannoni mostram esse fenômeno induzido na escuta psicanalítica, mostram também que é impossível para a comunicação transpor certos limiares. Naquele ponto em que a linguagem termina, é o comportamento que continua a falar, e quando se trata de crianças perturbadas, é a criança que, pelos seus sintomas, encarna e presentifica as consequências de um conflito vivo, familiar ou conjugal, camuflado e aceito por seus pais.

É a criança que suporta inconscientemente o peso das tensões e interferências da dinâmica emocional sexual inconsciente em ação nos pais, cujo efeito de contaminação mórbida é tanto mais intenso quanto mais se guarda, ao seu redor, o silêncio e o segredo.

A eloquência muda de uma perturbação reativa das crianças torna presente, ao mesmo tempo, seu sentido e suas consequências dinâmicas inconscientes. Em síntese, é a criança pequena e a adolescente que são porta-vozes de seus pais. Os sintomas de impotência que a criança manifesta são assim uma ressonância às angústias ou aos processos reativos à angústia de seus pais. Essa impotência é muitas vezes a ilustração em escala reduzida da impotência de um dos pais, deslocada do nível em que ela se manifesta no adulto para o nível de organização libidinal precoce da personalidade da criança, ou ainda para o nível da organização edipiana em curso. A exacerbação ou a extinção dos desejos, ativos ou passivos, da libido (oral, anal ou pré-genital

edipiana) ou a simbolização na criança das suas pulsões endógenas são a resposta complementar aos desejos reprimidos de pais insatisfeitos na vida social ou conjugal, e que esperam da sua progenitura a cura ou a compensação para o seu sentimento de fracasso. Quanto mais jovens são os seres humanos, mais o peso das inibições dinâmicas sofridas direta ou indiretamente pelas tensões e pelo exemplo dos adultos mutila o seu livre jogo de vitalidade emocional, e menos podem eles se defender criativamente delas; e os gravíssimos distúrbios do desenvolvimento psicomotor mental ou da fragilidade de saúde, por efeito dito psicossomático, das crianças muito jovens, são a consequência dessas relações perturbadas com o mundo — enquanto o mundo da criança está ainda limitado ao adulto nutriz. Quantas desordens orgânicas do lactente e da criança de tenra idade são a expressão dos conflitos psicoafetivos da mãe, sendo esses devidos sobretudo à neurose materna, isto é, específica da sua evolução perturbada pré-marital, ou à neurose do pai, que perturba o equilíbrio emocional da criança pelas experiências emocionais sofridas pelo próprio pai e às quais ele submete diariamente sua mulher, mãe da criança.

“Estou com dor de cabeça”, dizia um filho único de três anos. (Ele me foi trazido porque era impossível mantê-lo na escola maternal, onde não parava de se queixar da cabeça, parecia doente, passivo e dorido. Era, além do mais, sujeito a insônia, estado para o qual o médico não encontrava causa orgânica.) Comigo, ele repetia o seu solilóquio.

“Quem diz isso?”, perguntei-lhe.

E ele continuava, repetindo em tom de lamúria: “Estou com dor de cabeça.”

“Onde? Mostre-me onde é que a sua cabeça está doendo.” Era a primeira vez que lhe faziam tal pergunta.

“Ali”, aponta uma região da coxa perto da virilha.

“E ali é a cabeça de quem?”

“Da mamãe.” Essa resposta, podem crer, estarreceu os pais presentes.

A criança era filho único de uma enxaqueca psicossomática, superprotegida por um marido terno, 25 anos mais velho do que ela. O fato de ser filho único significava assim a sua neurose da impotência e a sua fobia da sociedade, por uma provocação até então escutada, a fim de ser superprotegido. O contato com o psicanalista permitiu que a criança, ao longo de um número muito restrito de entrevistas, não mais se alienasse na identificação com esse casal ferido por sua vida difícil.

Trata-se quase sempre na primeira infância — a não ser no caso de seqüelas obsessivas de doenças ou de traumatismos encefálicos — de distúrbios reativos a dificuldades parentais, a distúrbios entre os irmãos ou do clima inter-relacional ambiente. No caso de distúrbios posteriores da infância ou da adolescência, sem perturbações manifestadas na primeira infância, os distúrbios podem ser devidos apenas aos conflitos dinâmicos intrínsecos, em face das exigências do meio social e das provações do complexo de Édipo normal, mas as suas conseqüências podem provocar uma angústia reativa nos pais impotentes para ajudar o filho, ou envergonhados de sua crise de inadaptação à sociedade. A criança, ou o jovem, já testada em si mesma, não encontra mais segurança no seu meio social, tampouco junto aos pais, como na distante época em que o recurso a eles no perigo era a suprema forma de proteção. A criança, mesmo aparentemente mal-amada, só pode sobreviver aos primeiros anos recebendo ajuda e assistência, pelo menos vegetativas. Esse pattern de regressão-recurso permanece como o refúgio inconsciente de todo ser humano ("papai", "mamãe", "água" são os derradeiros apelos do moribundo às forças protetoras). Diante da incompreensão do meio à sua volta, instalam-se reações em cadeia de decepções mútuas, intrincadas de angústias recíprocas, processos defensivos e reivindicações insuportáveis. A energia residual livre reduz-se cada vez mais, acarretando a incapacidade de aquisições culturais novas no jovem e a perda da autoconfiança. Os comportamentos em tais grupos familiares — paralelamente à impotência social da criança — não passam de muralhas de um recinto fortificado, e as palavras trocadas nada mais são que projéteis entre atacados e atacantes.

✱ A angústia e o isolamento, sentimentos ligados à culpa irracional mágica jamais aplacada, acarretam, na medida em que existe instinto de conservação, compensações reativas desculturalizantes. Depois de transpostas as idades dos distúrbios da debilidade reativa, após a debilidade psicomotora, após a debilidade escolar, vemos instalar-se o quadro clínico tardio dos distúrbios do caráter com incidência social intrafamiliar. A privação de relações reestruturantes provoca o aparecimento das neuroses e da delinquência e, a partir daí, ocorrerá a involução psicótica ou a criminalidade.

✱ Pelos exemplos citados, Maud Mannoni nos faz participar das primeiras entrevistas referentes a casos clínicos que ilustram todos os graus da perturbação, devidos visivelmente à carência de uma presença sensata logo na primeira idade, à ausência de uma situação triangular socialmente sadia ou à ausência de esclarecimentos verbais às perguntas explícitas ou implícitas da criança, sensibilizada tardiamente por um acontecimento traumático que

permaneceu incompreendido e que a deixou total ou parcialmente embotada, para nele perder-se por não ter sido socorrida a tempo. Esse enclave emocional confuso, mais ou menos colmatado, a deixou vulnerável a qualquer acontecimento que ponha à prova seu narcisismo e, tal como um sonâmbulo que desperta e se atemoriza com a realidade, cada acontecimento ulterior que a testa a fará cair um pouco mais na confusão e na irresponsabilidade crescente.

Este livro torna de fato compreensível como a ausência crônica de possibilidades de intercâmbio verdadeiro no decorrer da vida de um ser humano é tão corrosiva — ou até mais — quanto alguns traumatismos especificados. Pode-se dizer que muitos seres humanos têm assim a sua intuição justa "envolvida" por identificações caóticas, contraditórias, e sobrecarregada de imagens perturbadas. Essa torção, esse desvio da sua intuição natural por modelos não justamente referidos ao mesmo tempo à lei natural e à lei editada, instaura relações simbólicas falseadas. São adultos seriamente neuróticos tomados como mestres e exemplos que produzem a confusão, ou a organização enferma ou perversa na estrutura da criança em crescimento. Maud Mannoni nos deu numerosos exemplos.

Quais são portanto as condições necessárias e suficientes no meio em que vive uma criança para que os conflitos inerentes ao desenvolvimento de cada ser humano possam resolver-se para ela da maneira sadia, ou seja, criadora, para que se obtenha uma pessoa trabalhadora e responsável no momento decisivo do Édipo e da sua resolução no remanejamento dos afetos, das identificações e dos desejos incestuosos, para que a angústia de castração ligada ao complexo de Édipo redunde no abandono dos fantasmas arcaicos ou perversos intrafamiliares e conduza o sujeito à sua expressão na vida social mista e na vida cultural simbólica, aceitando as suas leis?

Pode-se dizer que a única condição, extremamente difícil e no entanto necessária, é a criança não ter substituído, para um dos pais, uma significância aberrante, incompatível quer com a dignidade humana, quer com a sua origem genética.

Para que essa condição inter-relacional com a criança seja possível, esses adultos devem ter assumido a sua opção sexual genital no sentido lato do termo, emocional, afetivo e cultural, independentemente do destino dessa criança. Isso quer dizer que o sentido da vida desses adultos está no cônjuge de cada um deles, nos adultos da sua faixa etária, no seu trabalho, e não na criança ou nas crianças pelas quais são responsáveis; isso quer dizer que o pensamento ou a preocupação com essa criança, o trabalho feito para ela, o

7
quero

Adm. L. S. Canhu
1992. 1. ed.

amor que lhe dedicam jamais dominam a sua vida emocional, sejam essas emoções positivas ou negativas. Existe um meio parental sadio para uma criança quando a dependência maior do adulto em relação a essa criança (a qual, no início, é apenas dependência em relação ao adulto) nunca invade o quadro e domina a importância emocional que esse adulto dá à afetividade e à presença complementar de outro adulto. Se é preferível que esse adulto seja o cônjuge, no contexto atual da nossa sociedade, essa condição não é absolutamente indispensável ao equilíbrio da estrutura da criança, o importante é que esse adulto, sendo ou não o cônjuge legal, seja um companheiro realmente complementar, não apenas de vida, mas que focalize de fato as emoções do outro. E, no entanto, existem seres humanos que, em nome do seu destino ou dos acidentes sucedidos durante a sua infância, são privados da presença de um dos pais ou de ambos. O seu desenvolvimento pode processar-se de maneira tão sadia, com características distintas, mas tão solidamente e sem doença mental, nem impotência, nem neurose, quanto o desenvolvimento das crianças que têm uma estrutura familiar íntegra.

4. A PROFILAXIA MENTAL DE RELAÇÕES FAMILIARES PATOGENICAS

Com efeito, os fatos reais vividos por uma criança não são tais como poderiam ser testemunhados por outros; é ao mesmo tempo o conjunto das percepções que ela tem deles e o valor simbólico que se desprende do sentido que essas percepções assumem para o narcisismo do sujeito. Esse valor simbólico depende em grande parte do encontro de uma experiência sensível efetivamente nova e das palavras justas ou não que serão pronunciadas ou não a seu propósito pelas pessoas ouvidas por ela, essas palavras ou a sua falta conservam-se e se representarão na sua memória como representativas verdadeiras ou falsas do experimentado vivido. A imposição do silêncio às perguntas e às afirmações da criança ou a ausência de diálogo a propósito dessas percepções não integram, de direito, no mundo humano, esse percebido real pela criança, e deixam essas percepções e aquele que com elas experimentou dor ou prazer na mentira ou no indizível do mutismo cósmico mágico. Isso pode produzir-se a propósito das não-experiências reais, pois o que é desejado pelo sujeito pode ser, por ele, na sua vida solitária e silenciosa, percebido imaginariamente, e protegido assim da incongruência entrevista por ele de toda palavra verdadeira trocada. Mas, como as palavras geram imagens, acontece que, quando uma criança sente desejos e imagina fantasmas a propósito deles, o fato cultural das palavras-imagens dadas em outras cir-

cunstâncias pelos pais produz o seu corolário, vale dizer, as imagens solitárias as provocam a audição virtual de palavras parentais, anteriormente ouvidas a propósito de atos ou percepções com a mesma tonalidade de prazer ou desprazer. Assim se constrói e se desenvolve, pela ausência de intercâmbio verbal, um narcisismo sem referência ao outro atual, mas apenas a um outro virtual, o "superego" sempre na etapa anterior. Além do que se passa na imaginação, provocado por desejos não verbalizáveis ou então com verbalizações interditas, há também o que toca o corpo e o comportamento das pessoas, bases da estrutura das leis do mundo humano, as variações da saúde psicossomática dessas pessoas, das quais a criança é testemunha sem ouvir a propósito delas verbalizações justas!

Cada vez que, antes da idade da resolução edipiana (6-7 anos no mínimo), um dos elementos estruturantes das premissas da pessoa é atingido na sua dinâmica psicossocial (presença ou ausência de um dos pais em um momento necessário, crise depressiva de um dos pais, morte ocultada, características anti-sociais do seu comportamento), a experiência psicanalítica mostra-nos que a criança está totalmente informada disso de maneira inconsciente e é induzida a assumir o papel dinâmico complementar regulador como por uma espécie de homeostase da dinâmica triangular pai-mãe-filho. É isso que lhe é patogênico. Esse papel patogênico, introduzido pela participação numa situação real ocultada, é sobrepujado, ao contrário, parcial ou totalmente, por palavras verdadeiras que verbalizam a situação dolorosa que é a dela, e que emprestam sentido, para um outro ao mesmo tempo que para ela, ao que ela está vivendo. Assim ocorre com os acidentes, mortes, doenças, crises de cólera, de embriaguez, destemperos da conduta que provocam a intervenção da justiça, cenas domésticas, separações, divórcios, todas as situações em que a criança é envolvida e cuja divulgação lhe é interdita ou, pior ainda, cuja realidade lhe é escondida, os quais, não obstante, ela sofre, sem que lhe seja permitido neles se reconhecer ou conhecer a verdade que percebe de maneira muito sutil e cujas palavras justas, para traduzir a sua experiência com eles compartilhada, ao lhe faltarem, levam-na a sentir-se estranha, objeto de um mal-estar mágico, desumanizante.

5. SUBSTITUIÇÃO DOS PAPÉIS NA SITUAÇÃO TRIANGULAR PAI-MÃE-FILHO

Toda substituição do papel do pai pela mãe é patogênica, quer a mãe decreta a insuficiência do pai, colocando-se no lugar dele, quer ele esteja ausente, ou ainda quer ela não se refira ao seu desejo a ele. Com efeito, essa

substituição significaria que a mãe o julga insuficiente em relação a quê, a quem? A mãe, ao fazer isso, refere-se obrigatoriamente seja ao seu próprio pai, seja a um irmão, seja à sua própria homossexualidade de desejo, seja a outros homens mais válidos do que aquele que é efetivamente o pai da criança, homens idealizados por ela, que se sente impotente para os ter escolhido por companheiros. Toda substituição do papel da mãe pelo pai, se a mãe se acha ausente ou é realmente perigosa em consequência de um estado doentio atual, tem o mesmo papel patogênico de desvio da situação triangular se não se faz tolerância ao de seu desejo a ela, que é conhecido da criança. Toda situação em que a criança serve de prótese a um dos seus pais, genitores, irmão ou irmã, ou avô do pólo complementar, companheiro faltante ou não valorizado, por mais casto que seja nos fatos esse companheirismo, é patogênica, sobretudo se não se verbaliza à criança que essa situação é falsa e que ela pode livremente dela se esquivar. Cada vez que se substitui ao papel responsável dos genitores, impotentes para preenchê-lo, alguma outra pessoa (a avó ou a irmã encarregada de desempenhar o papel de mãe, o tio-avô o papel do pai), há também uma torção, um desvio, pois a situação trinitária pode existir, mas a pessoa que suporta a imago paterna ou materna não é marcada com uma rivalidade sexual pelo papel real de cônjuge genital à mãe do sujeito ou ao pai do sujeito, isto é, o rival, regularizador, pela angústia de castração, das suas inspirações incestuosas. Todas essas substituições, próteses enganadoras que todavia tornam a vida material por vezes mais fácil, aparentemente ou no imediato, poupando a criança de experiências de verdadeira solidão, de abandono, não oferecem perigo se o fato da relação real dessa pessoa-substituto for constantemente sublinhado como não sendo de direito natural, mas como uma tomada do lugar do genitor ausente, deixando à criança a sua livre opção natural e a liberdade de assumir em confiança as suas próprias iniciativas. Se, por outro lado, durante os tratamentos das crianças e das pessoas que foram assim falsamente construídas antes dos 5-7 anos, com uma simbólica falseada, há possibilidade de curá-las pela Psicanálise, é por causa da verdade do sujeito que pode surgir, por causa do papel regulador da expressão justa, dos sentimentos verdadeiros e dos afetos justos experimentados no momento da sua revivescência no decorrer de um tratamento, quando esses sentimentos e esses afetos afloram na situação de transferência e são como que destecidos ou desencapados ou desincrustados, por assim dizer, da sua carne e do seu coração, da obliteração que é a obrigação alienante de se calar. Incidentes muito angustiantes para o paciente e às vezes para o meio social imediato acompanham a iminência da ressurgência de

uma verdade antes que a palavra venha integrá-la numa linguagem sensata. Em suma, a situação de cada ser humano na sua relação triangular real e particular, por mais dolorosa que seja ou tenha sido, conforme ou não a uma norma social, é a única, se ela não é camuflada e truncada nas palavras, capaz de formar uma pessoa sadia na sua realidade psíquica, dinâmica, orientada para um futuro aberto. Nessa situação triangular, o sujeito, seja ele quem for, se constrói sobre a sua existência inicial no dia em que a concebe, sobre a sua inexistência ou sobre a sua existência presentificadas mais tarde na sua primeira ou segunda infância pelos seus verdadeiros genitores. Ela é, nesse caso, simbolizada para a criança por pessoas substitutivas sobre as quais ela transfere as suas opções bipolares sexuais. O ser humano somente pode superar a sua infância para encontrar a sua unidade dinâmica e sexual de pessoa social responsável libertando-se mediante um dizer a verdade a respeito de si mesmo a quem o pode ouvir. Esse dizer o instala então na sua estrutura de criatura humana verídica cuja imagem específica, verticalizada e orientada para os outros homens pelo símbolo de uma face de homem responsável, a sua, está referenciada ao face-a-face com os seus genitores particularizados, e pelo nome que ele recebeu no nascimento, de conformidade com a lei, esse nome ligado à sua existência é, desde a sua concepção, portador de um sentido valorial único que é sempre vivaz depois de todas essas parecenças multiformais e multipessoais, desmistificadas umas após as outras.

6. O COMPLEXO DE ÉDIPÓ E A SUA RESOLUÇÃO. PATOGENIA OU PROFILAXIA MENTAL DOS SEUS DISTÚRBIOS

Este livro proporciona também ao leitor uma compreensão das consequências caracteriais daquilo que Freud genialmente descobriu e descreveu: o complexo de Édipo como etapa decisiva que cada ser humano atravessa depois de tornar clara consciência de pertencer ao gênero humano, expresso pelo seu sobrenome, e de ser corporeamente portador aparente de um único sexo, designado pelo seu nome. O papel da dinâmica triangular pai-mãe-filho, atuante desde a concepção para a criança, sofre as consequências inter-relacionais da forma como se viveu e resolveu o Édipo de cada um dos dois. É, de fato, na intervenção do desejo de cada um de seus pais a seu respeito, para complementá-lo ou opor-se com sucesso, que a criança, na sua evolução, dialetiza a sua estrutura inconsciente em face da lei do interdito do incesto e das freqüentes torções que sofre o seu advento humanizante, diante dos

comportamentos regressivos neuróticos ou psicóticos de seus pais, de seus avós ou das irmãs e irmãos mais velhos.

O complexo de Édipo, cuja organização se instala desde os três anos com a convicção do seu sexo e se resolve (o mais cedo possível por volta dos seis anos) com a resolução e o desligamento do prazer incestuoso, é a encruzilhada das energias da infância, a partir da qual se organizam as avenidas da comunicação criadora e da sua fecundidade em sociedade.

Acreditam muitos que o complexo de Édipo só diz respeito a alguns instintos de sexualidade de estilo primata, o cio com fim incestuoso, e insurgem-se contra a sua universalidade. "Um menininho diz que quer se casar com a mamãe, uma garotinha afirma que quer se casar com o papai... São palavras de crianças, é engraçado, não correspondem à verdade, elas próprias não acreditam nisso!" Ora, todos os estudos da infância mostram-nos que não somente a criança não fala por meio de gracejos, mas também que é graças à carnalização desse desejo, que ainda não sabe ser incestuoso, que as crianças constituem o seu corpo na sua totalidade.

O devaneio fantasmado da felicidade conjugal e fecunda com o seu pai complementar permite-lhe chegar à fala do adulto, à linguagem para outrem, à identificação transitória necessária do seu desejo com a imagem do desejo do rival edipiano. A felicidade esperada da satisfação desse desejo pode ser uma alavanca de adaptação muito positiva, muitas vezes traduzida nos contos de fadas, nas poesias e, portanto, "sublimada" na cultura. Contudo, além desse lado positivo cultural, o desejo ardente de posse e domínio do objeto parental exprime-se em sentimentos que provocam efeitos caracteriais negativos de extrema violência em família. Muitas garotinhas e menininhos conseguem fazer explodir um lar, frágil talvez, mas que teria sido duradouro sem o ciúme reativo que a mãe desenvolveu em relação à sua criança ou o pai em relação ao filho. Essa dinâmica profunda dos instintos das crianças que as impele a rivalizar com o genitor de mesmo sexo e a obter os favores do outro esbarra no caso de saúde afetiva dos pais, em uma parede, uma provação: a inalterabilidade do sentimento e do desejo sexual que os adultos dedicam um ao outro. É que a lei da interdição do incesto não é apenas uma lei editada, é uma lei interna, endógena em cada ser humano e que, não respeitada, mutila profundamente o sujeito nas suas forças vivas, somáticas ou culturais (é a imagem de um rio que retornasse à sua nascente).

Cresce no coração da criança a esperança de chegar um dia à realização do seu voto de amor, a esperança cavilhada no ventre de possuir um dia o genitor de sexo complementar; de ser o seu único eleito. Essa esperança dá

valor a seu pequeno mundo familiar e valor a longo prazo, na esperança de gerar um dia em si mesma filhos do ser que ama ou de dar-lhe um filho, e é preciso que, ao chegar aos sete anos, ela renuncie a tudo o que a fez crescer, a tudo o que valorizava as suas experiências, é preciso que ela sacrifique, ao menos que esqueça o prazer feito ao seu amado. Se a ele não renuncia, produz-se quer um abalo considerável, quer um bloqueio maciço na evolução dessa criança, perturbação irremediável sem uma psicanálise. Quer a dissimulação parta da criança ou dos próprios pais, finge-se que seus instintos não existem, trata-se a criança como um animal doméstico, ela própria faz dengos para agradar aos pais ou os evita, culpada de exprimir-se gestual ou verbalmente mediante observações ou juízos colhidos fora do lar familiar. Instável ou excessivamente submissa quando em família, ela não se constrói em relação à vida mista dos companheiros de sua faixa etária, não se constrói em relação ao seu corpo, pode ser muito estudiosa, ter um alto grau de psitacismo escolar, mas, de qualquer forma, é, para a sua idade, uma impotente sexual. A sua comunicação é bloqueada, a sua imaginação continua a ser a de uma criança em vista desse amor incestuoso inconsciente, vale dizer, se a criança quer ignorar seja o seu próprio desejo, seja a lei que lhe proíbe para sempre o acesso a ele, o resto da adaptação aparente que ela pode parecer conservar não passa de uma fachada frágil. Impotente sexual — ou seja, impotente na sua criatividade —, ela desmorona-se diante da primeira provação da realidade.

Se o domínio consciente da lei que rege a paternidade e as relações familiares não é adquirido, o que se vê pela ausência de noção clara dos termos que as significam, as emoções e os atos desse sujeito estão fadados à confusão e a sua pessoa à desordem e ao fracasso. A sua moral permanece referenciada à época pré-genital infantil, na qual o bem e o mal dependiam do dizível ou do não-indizível a mamãe ou papai, do não-visto-não-tomado; o "parecer" para "agradar" ou "não desagradar" é o único critério da sua moral. A delinquência é "inocente", irresponsável, pois a sobrevivência dos desejos incestuosos latentes justifica os papéis imaginários onde ela consegue fazer a sua própria lei na sociedade. Não resolvidos aos sete anos, os conflitos edipianos serão reativados com o impulso fisiológico pubertário, provocando a culpabilidade e a vergonha diante dos caracteres sexuais secundários visíveis, o Édipo reaparece intenso, desarrumando o equilíbrio mantido desde os sete anos. Se o Édipo não está verdadeiramente resolvido aos 13 anos, há que prever gravíssimos distúrbios dos 18 anos em diante, no momento em que a

opção pela vida genital e as emoções do amor deveriam orgulhosamente ser assumidos e procurar socializar-se em ambiente misto.

Que é, pois, essa resolução edipiana, esse termo que se vê sempre nos textos psicanalíticos e que interpretamos como sendo a chave de um sucesso, ou, ao contrário, de certa morbidez nos seres humanos? Trata-se de uma aceitação dessa lei do interdito do incesto, de uma renúncia ao desejo do corpo-a-corpo genital do sexo complementar e à rivalidade sexual com o de mesmo sexo até na via-imaginária. Essa aceitação, que coincide, aliás, com a fase da queda dos dentes, é também, de fato, uma aceitação do luto da vida imaginária da infância protegida, ignorante, dita inocente; é também uma eventual aceitação da morte possível dos pais, sem culpa mágica ao pensar nisso. No caso em que o casal de pais é equilibrado, quero dizer composto de dois indivíduos psicológica e sexualmente sadios, mesmo e talvez sobretudo se eles não têm qualquer noção consciente de psicologia e de Psicanálise, tudo se põe nos eixos nos instintos da criança. Os pesadelos ou as cenas de oposição caracterial ou de ciúme amoroso que traduzem o período crítico dos sete anos cessam, já não existem esses pequenos sintomas que marcam a vida de todas as crianças ao redor desse período crítico. A criança, quando as circunstâncias são favoráveis, passa a desinteressar-se de maneira muito cortês, mas claramente, pelo efeito que produz no pai, na mãe, a desinteressar-se pela vida íntima deles, que, até o momento em que ela lhe conheceu o sentido (que é confirmado pelo seu nascimento e pelo nascimento dos irmãos), aguçavam a sua curiosidade. Ela é muito mais sensível às condições sociais que a sua filiação lhe proporciona, mais ocupada em observar os seus pais na sua vida social aparente, com os seus relacionamentos, e transpõe um pouco para a relação com seus colegas preferidos o estilo de companheirismo que os pais mantêm com os amigos. Interessa-se cada vez mais, quer o demonstre ou não, pela vida das crianças da sua idade, pela sua escolaridade, por ocupações que lhe são pessoais, e abandona o modo de vida em que centraliza tudo no juízo que faziam os adultos, tanto em casa quanto no mundo exterior. A resolução do complexo de Édipo como fato aparece de forma indireta quando a criança, deixando de apresentar problemas no lar, é capaz de deslocar a situação emocional trinitária para transportá-la para o mundo ambiente, na escola e nas atividades lúdicas; entre inúmeros colegas, ela pode fazer dois ou três amigos verdadeiros, amizades ainda suscetíveis de desilusões desafiadoras. Em contrapartida, a criança que não resolveu o Édipo permanece muito dominada pela ambiência emocional do seu relacionamento com a mãe ou com o pai. Com os seus raros companheiros, o sujeito repete situa-

ções a dois ou se desenvolve em brigas em situações com vários participantes, por crises de ciúmes de estilo homossexual, idêntico ao ciúme edipiano ainda presente que lhe corrói o coração. Um notável fenômeno sociológico da nossa época é que, ao contrário do interdito do canibalismo, que é conscientemente conhecido de todos, o interdito do incesto entre irmãos está nocionalmente desaparecido para muitas crianças, e eu deparei com vários casos em que, aos 12 anos, o mesmo ocorria com o interdito do incesto da criança com os genitores. As causas sociais desse fato mereciam ser estudadas. Os danos dessa ausência de lei editada são consideráveis, pois a intuição do perigo psicogênico do interdito em nossas cidades é varrida por perigos reais de violência ou de chantagem oriundos do pai provocador perverso, investido de todo poder pela criança, e pelo meio circundante amedrontado ou ingênuo que condena a não-submissão cega ao pai abusivo perverso. Confirmando a universalidade no inconsciente do complexo de castração, a clínica mostra, cada vez que existe ignorância consciente do interdito do incesto, graves distúrbios afetivos e mentais em todos os membros da família. Mais uma vez, não se trata de hereditariedade fatal, visto que a psicoterapia psicanalítica, melhor ainda, uma psicanálise, permite ao sujeito, finalmente, explicitar e resolver o seu Édipo.

→ Voltemos à situação trinitária pai-mãe-filho e seu papel determinante na evolução psicológica. Cada ser humano é marcado pela relação real que tem com o pai e a mãe, do *a priori* simbólico que herda no instante do seu nascimento, antes mesmo de ter aberto os olhos. Dessa maneira, tal criança é esperada como devendo eliminar os sentimentos de inferioridade de seu pai, que permaneceu como o menininho inconformado de não ter nascido num corpo de menina, produtor de algo que vive nela, como ele viveu em sua mãe. Tal filha é esperada como devendo ajudar sua mãe a reencontrar a situação geminada de dependência para com a própria mãe, da qual se libertou com muitas dificuldades, e a eliminar a sensação de abandono que experimenta com um marido que lhe permanece alheio. Essa criança necessária a seu pai, necessária a sua mãe, já está encetada, se me é lícita a expressão, do ponto de vista simbólico, na sua força de desenvolvimento. Em suma, cada criança está marcada por essa situação real. Mas, pode-se argumentar, que existem crianças que não têm pai, ou, pelo menos, não o conhecem; pois bem, se essa situação é a deles, é *a partir* dessa situação que eles se construirão, contanto que as palavras que lhes são ditas pelo meio social sejam as palavras justas referentes a essa ausência de representante, vivendo ao lado deles, da pessoa paterna ou da pessoa materna. Entre os exemplos dados por Maud Mannoni

e entre muitos outros em que penso, o papel desestruturante ou inibidor de desenvolvimento não se prende à ausência dos pais (essa ausência é sempre dolorosa — mas a sua presença também pode ser. Em todo o caso, toda dor pode ser sadia quando reconhecida, pois a criança pode estruturar suas defesas compensadoras). Todas as palavras neurotizantes vêm das mentiras que impedem os fatos reais de conter os frutos da aceitação, a partir da situação real.

Cada ser humano possui, em consequência de sua própria existência encarnada, uma imagem do homem e da mulher complementares; ele molda essa imagem, por meio dos pais que o criam e é por causa desse empréstimo imaginário a pessoas reais que ele vai se desenvolver, identificando-se com elas segundo as possibilidades do seu patrimônio genético.

Elas são, ao mesmo tempo, portadoras da sua aspiração imaginária, seja identificadora se é o pai do mesmo sexo, seja complementar se é o pai do sexo oposto; ora, as emoções relativas a essa imagem, que não podem ser expressas à pessoa real portadora dessa imagem, falsearão a imagem pessoal do sujeito e pode-se chegar a situações paradoxais de uma criança que se constrói de maneira invertida, ou totalmente neutra, reprimindo histericamente a sua vitalidade genital, por exemplo quando a imagem paterna é carregada pela mãe e a imagem materna é carregada pela pessoa do pai.

O importante não é isso; o importante é que as palavras que correspondem à experiência da criança raramente são pronunciadas pelo seu meio social, testemunha, como ela, dessa situação. A crítica que ela poderia fazer disso em torno dos dez anos de idade torna-se impossível e ela vive, constrói a si própria, sem o perceber, de maneira caótica, carnalizando-se no período pré-edipiano de uma forma que prepara, no momento do desinvestimento relativo libidinal dos sete anos, um período de latência neutro, de pseudocastração que, sem psicanálise, a conduzirá a procurar na puberdade uma fixação a uma opção de complemento ulterior extrafamiliar num estilo quer investido, quer indeciso, a pessoas que não serão inteiramente complementares da sua verdadeira natureza genital que permaneceu confusa. Ela arrisca-se muito a escolher pessoas que, à imagem das que criaram, são caoticamente polarizadas e sobretudo apenas em parte genitalizadas. São tais crianças que se tornam pais abusivos, pois o seu Édipo malfeito as deixou sedentas de uma libido de pulsões não diferenciadas que vão ser retomadas em acoplamento-geminação artificial com relação ao filho, ou com a reativação do Édipo, ou seja, vão se mostrar de tal modo ciumentos do apego do filho ao seu cônjuge que isso se transforma em sintomas graves. A criança necessita nesse momen-

to da solidez do casal parental para que os seus fantasmas de triunfo edipiano fracassem diante da realidade, pois, do contrário, corre o risco de ficar mais seriamente enferma do que o pai ou a mãe.

Releia o leitor essas observações nas entrelinhas e entenderá: “Meu marido nada tem de homem nem de pai, cumpre então que eu seja tudo” ou “Ah! Eu queria tanto que o meu filho se parecesse com meu pai” ou “que não fosse igualzinho ao pai” ou então “Sem a minha irmã eu não posso viver”, “Quero que a minha filha seja que nem a minha irmã, ela deve substituí-la” ou ainda “Eu, que ocupei o lugar de um irmãozinho que nasceu morto antes de mim, e cujo nome ostento, não posso saber tomar o lugar dele, nunca sei o que dizer ou o que fazer. Acaso o matei? Quem nasceu? Quem sou eu? Sendo um semi-morto, tenho semidireitos” ou ainda “Esse filho não quero, revejo nele o meu odiado irmão”. Outra: “Mamãe é tão infeliz com papai que tenho de ser o seu bebê para consolá-la, o seu bebê do tempo em que ela e papai se amavam, e depois ela tem tanta necessidade de se dedicar... é preciso então que eu esteja doente, pois, do contrário, para que permaneceria ela em casa... e depois como eu sou quase marido dela, é a mim que ela ama e eu não quero ninguém entre mamãe e mim”. Cada caso patológico é a pantomima de um discurso não-verbalizado que significa a afirmação ou a anulação da dinâmica do sujeito que nos trouxeram ao consultório. As descobertas clínicas psicanalíticas impõem a compreensão dinâmica dos distúrbios infantis pela análise das dificuldades encadeadas que remontam às carências, na estruturação edipiana, não dos pais, mas dos avós e, às vezes, dos bisavós. Não se trata de hereditariedade (senão uma psicanálise não modificaria as coisas), mas de uma neurose familiar (tirando desse termo, por outro, qualquer sentido pejorativo, para que ele só conserve o seu sentido dinâmico). Trata-se de imaturidade libidinal, de regressões ou perversões sexuais por carência encadeada, nas resoluções edipianas não realizadas.

Este livro pode comunicar aos leitores novas preocupações, fazendo com que vejam evoluções onde pensavam haver um destino fatal? Isso não é impossível e seria lamentável, pois, infelizmente, as preocupações a respeito de si mesmo produzem sem demora o sentimento de culpa e a procura de receitas rápidas para fazer tudo no sentido de modificar as aparências. Muitas famílias vivem num estado de simbiose mórbida. Sem a psicanálise do membro indutor dominante, a neurose familiar não é modificável. Ora, com frequência, a psicanálise ainda é inacessível (tempo, lugar, dinheiro). Pode-se temer que livros que se dirigem a todos despertem reações imprevistas. É sempre o perigo que se deve recelar quando se fala de psicanálise, e, no entan-

to, é necessário que o público desperte para esses problemas. Entre os exemplos citados, pai ciumento ou indiferente, mãe rejeitadora ou despótica, casal mórbido prisioneiro de um contra-senso, antepassado no papel por demais respeitado, abusivo e pervertidor, vão talvez reconhecer o seu retrato e sofrer inutilmente com uma situação de fato sobre a qual não haviam refletido. Talvez se sintam culpados, enquanto não passam, também eles, de responsáveis ocasionais, da mesma forma que o condutor de um carro que teve o seu curso desviado pelo estouro de um pneu ou pelo choque de outro veículo pode provocar acidentes. "Os pais comeram as uvas verdes e por isso os filhos ficaram com os dentes embotados." Essa frase ilustra quase todas as histórias clínicas deste livro.

Essa frase deve, aliás, ser entendida não no sentido de "é culpa dos pais", ou deste, ou daquele, mas no sentido verídico, que é o de que os pais e os filhos de tenra idade são dinamicamente participantes, indissociados pelas suas ressonâncias libidinais inconscientes.

A aprendizagem da liberdade em família e o uso que se deve fazer dela é um longo e solitário exercício de coragem, os próprios adultos são, com mais frequência do que se crê, induzidos, ainda na idade adulta, em direção, em contradição ou em ligação complementar (imaginária ou real) pela sua fixação e pela sua dependência em relação à geração anterior, aos seus próprios pais. Não existe falha, mas fato.

A psicanálise ensina-nos que todo ato, mesmo nefasto, é solidário de um conjunto vivo e que, mesmo lastimável, um ato ou um comportamento pode servir de forma positiva para quem saiba dele tirar experiência. Infelizmente, em cada um de nós o sentimento de culpa é fundamental, provocando as inibições e barrando o acesso ao único ato libertador, o acesso a uma fala verdadeira a quem é capaz de ouvi-la. Espero que o livro de Maud Mannoni possa dar um testemunho tranquilizante a respeito desse ponto.

7. A SOCIEDADE (A ESCOLA). O SEU PAPEL PATOGENICO OU PROFILÁTICO

Seja-me permitido formular votos de que os psicanalistas clínicos só tenham de cuidar dos casos que, com efeito, decorram das desordens profundas da vida simbólica que datam de antes dos quatro anos e não dessas dificuldades reacionais sadias à vida escolar atualmente efetivamente patogênica. Refiro-me às reações ou crises caracteriais sadias de um sujeito ocupado em resolver dificuldades reais necessárias na sua vida emocional pessoal e fami-

liar e que, momentaneamente, se desinteressou por seu papel de aluno. O drama para as crianças, em nosso país e em nosso sistema, provém do estilo de instrução passiva, nos horários e programas obsessivos e que de modo algum deixa a cada qual uma margem de acesso à cultura. As lições e os deveres, esquecemo-nos disto com demasiada frequência, são meios mas não fins em si mesmos.

Quantos adultos, válidos e criativos, não passaram, durante a infância, por períodos em que a sua escolaridade não lhes interessava de forma alguma, enquanto o seu espírito alerta seguia momentaneamente outro caminho que, para sua criatividade, o seu devir social significava que sua liberdade já se engajava. Quantos distúrbios sérios do caráter seriam evitados se a aprendizagem dos signos que permite a comunicação cultural, a leitura e a escrita, e depois a aprendizagem das combinações aritméticas só viessem depois da conquista e do desabrochar da linguagem veicular falada e da motricidade lúdica livre, totalmente dominada. As forças caudinas das passagens a uma série mais adiantada, baseadas em conhecimentos aprendidos e numa idade oficial, que interferem um com o outro, são as mais absurdas condições de vida impostas à expressão do eu. Ora, essa expressão é aprovada por cada ser humano como uma exigência vital. Quantas energias sufocadas ou desperdiçadas inutilmente e que poderiam ser deixadas em liberdade, com um sistema escolar que confirmasse em vez de infirmar o livre acesso às iniciativas e às curiosidades inteligentes dos futuros cidadãos, que os formasse para um domínio para eles mesmos, em cada instante carregado de sentido, das suas capacidades, a uma ordenação por e para eles mesmos de conhecimentos e técnicas adquiridos por desejo, e não por obrigação ou por submissão perversa ao medo das sanções e a imperativos impessoais.

Peço que os jovens franceses não sejam mais escravos de programas impessoais impostos e artificialmente paralelos: tal nível para o cálculo correspondendo a tal nível para a gramática. Peço que o ensino da gramática francesa não se dê antes do uso perfeitamente adquirido da língua na expressão pessoal. Que a criança não veja sempre o seu ritmo de interesse contrariado por causa das limitações do tempo consagrado a tal disciplina ou a tal tema de ensino. Que é feito agora da introdução à música, à dança, à escultura, à pintura, à poesia; que é feito da iniciação à habilidade e à harmonia das expressões corporais criativas? A ginástica também está programada e o desenvolvimento dos movimentos obedece a imperativos de desempenhos calculados; que é feito da introdução ao sentido das artes plásticas, onde está a introdução ao sentido estético da expressão gráfica ou verbal, onde estão as

palestras onde cada um fala, escutado pelo grupo, do que lhe interessa, interessando os outros e aí tomando consciência da sua inserção social pessoal? Em quantas classes, se as crianças tivessem permissão para sair quando desejassem, ficariam sentadas em silêncio durante uma hora, escutando ou fingindo escutar? É aí que se falseia o sentido da verdade do sujeito em sociedade, e onde as energias formidáveis que uma criança pode desenvolver pela sua cultura e instrução, se as suas motivações a animam, são praticamente sufocadas, em nome do bem dos outros, para serem teoricamente dirigidas, enquanto nada sustenta a fonte das motivações, nem a originalidade do sujeito em busca da sua alegria. O desejo não se comanda. O grave é que, se as crianças atuais aceitam cada vez menos essa mentira multiladora das suas forças vivas e vão engrossar as categorias de disléxicos, discalculicos e retardados escolares, são então os pais que, por angústia do “futuro”, querem impor a lepra dos deveres obrigados, das lições engolidas, vangloriam-se das boas colocações da criança, sentem-se deprimidos com as suas notas baixas.

Diante dos boletins que devem ser assinados todos os sábados, sentem-se como se fossem conferir o cartão da loteria esportiva! Esse desejo dos pais, imposto em nome da sociedade (a escola é a sociedade, o para-além do familiar edipiano), impede a libertação instintiva dos pais em relação aos seus filhos, e vice-versa, agravando assim o esgotamento na fonte das possibilidades culturais verdadeiras. Por que o nosso sistema de iniciação do cidadão à cultura e à vida social, quero dizer o nosso sistema escolar, obedece a métodos e a imperativos totalmente estranhos à higiene afetiva e mental dos seres humanos? Por que motivo crianças que chegam sãs de corpo e de espírito — há muitas nesse caso — com a idade de três anos à escola maternal são com tanta frequência traumatizadas e tantas vezes empobrecidas da espontaneidade criadora que é o essencial do ser humano, para se verem fantasiadas de robôs disciplinados e tristes, amedrontadas diante dos professores que deveriam lhes prestar serviço?

Por que, ainda alegres e comunicativas aos seis anos (há muitas assim), deve a “turma” obrigá-las a calar-se, a ficar sentadas imóveis como coisas ou animais amestrados, e sobretudo ensinar-lhes à força, em nome de um programa, o que elas ainda não tiveram desejo de conhecer, a leitura, a escrita, o

3. Essas reflexões sobre o ensino, cujo propósito ultrapassa amplamente o estudo de Maud Mannoni, exprimem a opinião pessoal de Françoise Dolto. Essa opinião sem dúvida não será compartilhada por todos os educadores, mas as convicções em que ela se baseia merecem decerto alguma

cálculo? Por que devem solicitar a um adulto autorização para se isolar, se ausentar para satisfazer necessidades naturais que, bem sabemos, elas adiarão por iniciativa própria se a tarefa em que estão ocupadas em classe lhes interessasse? Por que o sentimento do valor intangível da pessoa humana ali presente, original e livre, em cada criança, respeitada em si própria independentemente do seu potencial familiar, não é o móvel das menores atitudes do professor em relação a cada um, e, pelo exemplo assim dado, inculcado em todos?

Por que a escola não é para todas as crianças o lugar de alegria e o refúgio onde ela encontra repouso para as tensões familiares, a confiança em si, um meio social vivo, uma ocupação atraente? Com ou sem pais perturbados, a partir dos sete anos o lugar da criança já não é na família mas na sociedade, na escola, lugar não privilegiado mas respeitado pelo simples fato de que ela é um cidadão. Cada um dos responsáveis pela administração da escola deveria estar ao serviço de cada criança, e cada criança deveria senti-lo, se se quiser que, em seguida, ela deseje livremente assumir, por sua vez, o seu justo lugar criador, segundo as suas capacidades, na sociedade.

O que se vê? Não crianças escolhidas na escola, mas crianças submetidas às engrenagens anônimas de uma máquina administrativa. A disciplina, segundo se diz, faz a força dos exércitos, pois cada qual nele deve ser responsável pela morte que deve dar, intermediário anônimo que é do instituto de defesa de um grupo nacional, submetido a uma hierarquia de comando, alienado por contrato no seu chefe, a fim de que possa ser preservada em cada um a hierarquia estruturada para dar a vida e não para tomá-la.

No entanto, a disciplina na escola somente pode vir de cada criança e do simples fato de que ela focaliza melhor os seus desejos no que ela própria pretende aprender, e apenas nesse caso. A disciplina pela disciplina é absurda; quanto à disciplina imposta por um chefe para não perturbar a atividade dos outros, instaura a passividade estéril na categoria de valor. Só resta ver como uma criança pode se abstrair e brincar sozinha com alguma coisa que a cative em meio à maior desordem e ao maior barulho para perceber prontamente que esses “outros” que têm de ser protegidos podem, com proveito, ser ensinados e abstrair-se tanto na escola como nos seus jogos. Aqueles que ainda não conseguem focalizar os seus interesses na aula não seriam desviados destes como o são por uma disciplina mortífera. De fato, a escolarização obrigatória, genial decreto que poderia conservar criativa toda criança sã, a partir dos três anos, e livrá-la das suas experiências edipianas, sustentando as suas capacidades de sublimação no dia-a-dia, sustentando os seus intercâmbios com o grupo e o seu acesso à cultura, essa escolarização obriga-

tória tornou-se uma tarefa de desritmagem, de competição exibicionista de mutilados bem ou mal compensados. A adaptação escolar é agora, à parte raríssimas exceções, um sintoma maior de neurose. Isso não quer dizer que a inadaptação seja por si só um sinal de saúde, mas é entre as crianças e os jovens alinhados sob essa denominação que se encontram infelizmente os cidadãos atuais válidos. Permanecerão eles muito tempo assim se a introdução à cultura não lhes é oferecida pela sociedade dos adultos?

Os instintos sadiamente humanos dos jovens, libertos por si mesmos da obediência parental ultrapassada e desviados do entusiasmo de chegar à cultura, só podem comprometê-los num gregarismo pulsional fora dos limites. Como assegurar a substituição dos antigos, que, não os respeitando, lhes inculcam o irrespeito por si próprios e pela sua imagem futura? Nos meios abastados, o poder aquisitivo devolvido pelos pais permite o acesso às distrações mais ou menos dispendiosas em que muitos adquirem valor cultural, muito afortunadamente. Nos meios intelectuais, os valores culturais representados pelas trocas extra-escolares com o meio circundante servem ainda de compensação, salvo nos casos de neurose parental — à carência cultural escolar. Contudo, nos meios de trabalhadores braçais, de comerciantes, de funcionários públicos, o que podem fazer das suas energias em alqueive rapazes e moças até os 16 anos obrigados pela lei a uma escolaridade para eles sem interesse, à margem das trocas que os valorizariam? Como se integrar numa sociedade que os censura abertamente por não terem apreciado os bancos escolares, os conhecimentos livrescos, as lengalengas impessoais dos mestres, a disciplina passiva e os jogos sem riscos?

Se me pode ser permitido falar assim num prefácio a um livro tão notável que sublinha e ilustra o papel do psicanalista, é porque a nossa prática nos convida a constatar diariamente efeitos neurotizantes da vida escolar sobre crianças que tiveram uma sadia estrutura pessoal em família e um Édipo sadiamente vivido. Às bases da sua vida simbólica são ordenadas, e é à sua criatividade de rapazes ou moças chegados ao estágio da vida social que não logra ser empregada, com as desordens secundárias provocadas pela escola, que os levam aos psicanalistas, desordens às vezes graves, por causa da angústia reativa de seus pais.

Se lanço esse grito de alarme, é porque estou convencida do poder emocional da vida de grupo em meio cultural, quando o grupo responde efetivamente ao desejo de criatividade e de fecundidade simbólica nas trocas inter-humanas de que uma criança é capaz dos sete anos em diante, enquanto a estrutura da sua personalidade é concluída no meio parental. Também estou

convencida, e tive provas disso em certos casos privilegiados, do poder reparador que poderia ter em numerosos casos a vida de grupo de dois anos e meio a sete anos para a criança submetida em família a influências mórbidas parentais, e isso sem que ela tenha de deixar o seu meio inicial. Contudo, para isso é preciso que a escola dita maternal corresponda à sua denominação e sirva de prótese às imagos sadias das crianças que — em família — só encontram apoios falhos...

É inadmissível que crianças de dois anos e meio cujas mães não podem pôr em contato diário com outras crianças fora da família não sejam admitidas no grupo social escolar porque são demasiado jovens ou porque, seja qual for a sua idade, não adquiriram o controle esfíncteriano, enquanto a não-obtenção do controle corporal nessa idade é o sinal patente de relações perturbadas da criança a sua mãe no meio familiar. É inadmissível que a crianças que não falem aos três anos, ou que não ouçam, tenha sido recusado o livre ingresso em grupo escolar corrente antes da idade de instrução, as quais, de fato, necessitarão de métodos especiais. É inadmissível que toda criança deva ser submetida à instrução dos signos a partir de seis anos, quando ainda não está aparelhada para isso nem deseja fazê-lo. É inadmissível que turmas ditas de aperfeiçoamento, com métodos individualizados, só possam aceitar os inadaptados para a instrução antes dos oito anos de idade, enquanto dois dos mais importantes anos foram perdidos para o desenvolvimento verbal e psicomotor, e que o sentimento de não se haver integrado ao grupo estragou o coração dessa criança, freqüentemente mais sensível e mais vulnerável do que a criança dita "inteligente". A aquisição da autonomia torna-se impossível para a criança triturada nas engrenagens da escola e diante do casal formado pelos pais. A libertação libidinal da dependência aos adultos, que estimula a atração das crianças para a sociedade, é entravada, pois os professores se confundem com os pais. Agradar-lhes, não desagradar-lhes, sair-se bem para eles e não para si próprio — quer o saibam, quer não — e sem motivação pessoal, é perversamente inculcado nos jovens antes e no curso da adolescência.

O interesse compartilhado com pais e professores por uma disciplina cultural e o entusiasmo coletivo pelas letras, pelas matemáticas, pelas ciências não se verificam em horários dementes; é o conformismo psitácico eficiente, meio perverso de promoção social proposto a todos. Não basta aplicar vacinas contra as doenças do corpo, cumpre pensar em vacinar a criança contra o desespero e a angústia solitária, em vez de deixá-la afundar-se nas areias movediças, entregue aos seus instintos.

Se o papel do psicanalista é permitir a um sujeito neurótico ou doente mental encontrar o seu sentido, é também seu papel dar um grito de alarme diante da carência pública educacional, dos métodos e instituições escolares freqüentemente patogênicos, em face das carências e do papel patogênico individuais de muitos pais do mundo dito civilizado. A civilização é um estado que só se mantém pelo valor de cada um dos seus membros e pelo intercâmbio criativo entre eles. Não é necessário que o preço da civilização seja a existência de psicoses e neuroses devastadoras cada vez mais precoces.

Um imenso trabalho de profilaxia mental deve organizar-se, e isso não é função dos psicanalistas clínicos; esse trabalho, porém, não pode organizar-se sem a nova luz que a Psicanálise traz para o mundo civilizado. O que se poderia fazer a partir da idade conquistada (não antes dos sete anos, e variável para cada indivíduo) da possibilidade de acesso à cultura, para abrir o caminho à expressão autêntica dos desejos das crianças desde a freqüentação escolar, permitir que elas adquiram consciência do seu valor pessoal, inseparável do valor pertencimento a um grupo inteiro, permitir que elas se expressem, que troquem com os seus semelhantes os seus desejos, os seus projetos de aprendizagem, que exponham os seus juízos sobre a sua escola, os professores, os próximos, os pais e que se autonomizem no acesso à instrução pessoalmente motivada? Uma expressão assumida com confiança em entrevistas livres leva consigo uma consciência de si e do outro.

Por que cada escola não teria um ou vários psicólogos, sem nenhum poder executivo nem legislativo, a serviço exclusivo das entrevistas livres solicitadas pelos próprios alunos, desejosos de exprimir as suas esperanças, as suas provas, as suas dúvidas e certos de se sentirem ouvidos, compreendidos e defendidos, sem angústia no seu interlocutor e também sem cumplicidade, para buscarem pessoalmente a solução das suas dificuldades?

Falta também à escola, para compensar a carência educativa do exemplo recebido em família, a instrução formadora social.

Quero dizer que as crianças civilizadas nunca ouvem da boca do seu mestre, e nunca os seus pais lhe disseram, por não sabê-la ou por julgar bom dizer-lhe, a formulação das leis naturais que regem a espécie humana: as leis da paternidade e da maternidade legais, as leis que regem os instintos naturais e o seu comércio em sociedade, a proibição do canibalismo, do roubo, do homicídio, do estupro e do adultério. Ora, elas estão mergulhadas numa sociedade onde, com exceção do canibalismo, todos esses comportamentos delinquentes são propostos à sua observação.

Ninguém lhes diz a lei, os direitos e os deveres que os pais têm em relação a elas nem aqueles que têm em relação a si próprias e aos pais. Se interrogarmos qualquer criança de 12 anos, perceberemos que ela crê estar desprovida de direitos civis e à mercê de todas as chantagens de amor ou de abandono, enquanto o legislador formulou não somente uma declaração dos direitos do Homem mas também uma declaração dos direitos da Criança. Quantas crianças conhecem o recurso que podem legalmente pedir à lei, diante de pais absurdos ou que abusam dos seus direitos como maus professores? Existe aí todo um terreno que parece revolucionário e que efetivamente o é, mas que é imposto, pelo agravamento dos distúrbios da adaptação social precoce e pelo sentimento pungente, àqueles que são submetidos aos imperativos legais de uma vida escolar absurda, longe das realidades que seriam consideradas por um cidadão de sete a 15 anos como merecedoras do empenho de seu tempo e de sua coragem, do sacrifício de seu gênio criativo de filho de homens, de pobres homens ditos civilizados que não sabem respeitar a vida por eles gerada, não sabem abrir as vias do acesso à verdade às gerações que lhes sobreviverão.

Oxalá este livro de Maud Mannoni desperte o leitor para esses sérios problemas!

FRANÇOISE DOLTO